



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-50

MEMORANDO Nº 023/2019

ASSUNTO: Informação requerida

Guariba, 17 de Dezembro de 2019.

Ilmo. Sr.

Dr. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR

Prefeito Municipal de Guariba

Tem este e a par de meus cordiais cumprimentos, a finalidade de prestar-lhe esclarecimento sobre a **indicação de Nº 0290/2019 de autoria do Exmo. Vereador Sr. José Carlos Caporusso (Calão do Carvão)**, a qual trata da relação entre as chamadas edículas, que invariavelmente são alugadas para festas e o aumento da perturbação do sossego público em nosso Município.

De início cabe explicitar algumas questões com relação às chamadas edículas:

1. A Lei Nº 1951 de 18/12/1951 (***Código de Posturas***) não prevê e nem autoriza a construção de edículas. Isso mostra que o próprio termo **edícula** é recente na forma em que ele é utilizado no momento.
2. Em um levantamento ainda inicial, verificamos que a grande maioria dessas **edículas** estão localizadas em terrenos residenciais e não em terrenos mistos ou comerciais, definidos pela Lei de Implantação de cada loteamento.
3. As poucas edículas consideradas como estabelecimentos comerciais; seja por estarem em lotes comerciais, seja por terem documentação própria para exercer suas atividades, como Alvarás de Funcionamento e de Corpo de Bombeiros (***AVCB***), são relativamente poucas em nosso Município e não possuem histórico de reclamações por parte de vizinhos e nem de intervenções policiais para coibir possíveis excessos.

Isto posto, a partir do levantamento inicial mencionado no item nº 2, encontramos certa dificuldade para enquadrar, enquanto Fiscalização Municipal, os realizadores das festas realizadas nos finais de semana, restando assim a ação da Polícia Militar **coibindo** eventuais excessos, a partir da reclamação dos vizinhos ou mesmo no caso de monitoramento das **edículas** problemáticas.

Desse modo, podemos afirmar ao Nobre Edil que **algumas ações estão sendo realizadas, seja por este Setor de Fiscalização a partir de reclamações recebidas diretamente através do telefone 156/Ouvidoria, ou ainda oriundas de reclamações diretas ao telefone 190 (Polícia Militar) que, nesse caso, desencadeiam ações policiais no local para coibir eventuais abusos.**

Já a Fiscalização Municipal, a partir das reclamações recebidas e no momento calcadas em parecer emitido em 05/12/2019 pelo **Dr. Roodney das Graças Marques (Assessoria da Administração)**, tem agido no sentido de monitorar e, conseqüentemente, quando constatado os abusos, notificar os proprietários dessas edículas de suas responsabilidades diante desses abusos, asseverando, inclusive, a possibilidade de aplicação de multas sem prejuízo de possíveis ações penais.

Houve monitoramento de duas dessas edículas por este Setor de Fiscalização **nos dias 07 e 08 de dezembro no Residencial Laurentiz e, nos dias 14 e 15 de Dezembro no Jardim Irajá.** Vale dizer que estes locais possuem histórico de abusos referentes a som alto e algazarras, tendo inclusive sofrido já a ação da Polícia Militar, tendo na ocasião sido lavrados Boletins de Ocorrência.


Cabe ainda ressaltar, para efeitos de informação, que o monitoramento é realizado em dois momentos nos dias assinalados, ou seja, a visita ocorre pelas manhãs e no período noturno, exatamente para que fique configurado o cometimento dos abusos descritos nas reclamações que chegam a este Setor ou mesmo à Ouvidoria Municipal.

Por fim, como nosso ***Código de Posturas (Lei Complementar Nº 1951 de 18 de Dezembro de 2003)*** não prevê este tipo de construção específica, não bastaria somente as ações conjuntas entre Fiscalização e Polícia Militar, as quais, na medida do possível, já estão sendo realizadas, na verdade, seria necessário uma legislação específica, caracterizando a atividade como comercial, impondo assim, desde o início, as necessárias responsabilizações dos proprietários quanto à perturbação do sossego público quando da utilização dessas edículas para a realização de festas e/ou eventos privados ou públicos, remunerados ou não.

Era o que tínhamos a informar quanto a **Indicação de Nº 0290/2019.**

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO DINIZ
Chefe de Serviço Público
Fiscalização
CPF. 987.792.658-04
Chefe do Setor de Fiscalização Tributária

Guariba, 02 de dezembro de 2019.

À Assessoria Jurídica


Dr. Roodney das Graças Marques

Prezado Senhor

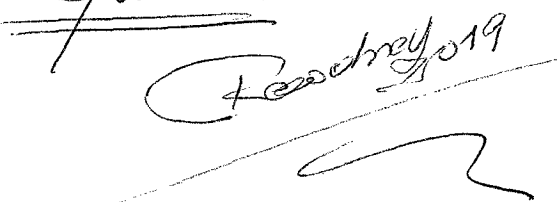
Atendendo a uma solicitação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, tem esta a finalidade de solicitar os préstimos de vossa senhoria, no tocante as seguintes questões:

- Elaboração de legislação municipal que crie regras para a construção de construções do tipo edículas que são utilizadas para festas particulares em bairros residenciais;
- Analise da possibilidade de que nesta legislação, seja possível determinar os horários de utilização de som, com os limites previstos em lei.

Sem mais para o momento, desde já agradeço a atenção costumeira.


Gilberto Peixoto
Dep. de Lançadoria.

Assessoria da Administração
O despacho de Assessoria se encontra no verso desta folha.

Guariba, 05/12/2019


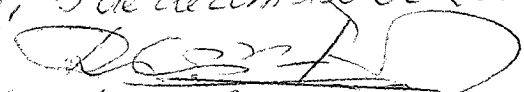
Assessoria da Administração
Adm. Lançadoria
07.12.19
7007
fl. 02/02
Daniel Louzada
Assessor de Relações Institucionais
RG. Nº 22.442.499-3
CPF Nº 033.471.056-57
03/12/19

no sub-setor - Setor de Arrecadação e Languadoria - responsável pelo Departamento de Gestão Tributária.

A legislação já existente no Município: Lei Complementar nº 1.805, de 20/12/2001, responde aos seus anseios sobre regras específicas sobre a construção do tipo edículas. Melhor dizendo, sobre a incidência da taxa de licença a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que realize obra para toda e qualquer finalidade, inclusive, para afeição vantagem econômica com o resultado do aluguel do estabelecimento (seja pequeno, médio ou grande), já que o Código de Obras do Município - Lei Complementar nº 1.950, de 18/12/2003 - nem ao menos prevê ou autoriza a construção de edículas, deve obter a prévia licença municipal para poder realizar as atividades econômicas lucrativas (artigo 108).

As pequenas construções, segundo o Código Sanitário do Estado de São Paulo, devem possuir, no mínimo, sala, quarto, cozinha e banheiro, cuja regra é seguida pelo Município de Guariba. De modo que quem constrói o que se define como recintos próprios para ser alugado a fim de que terceiros interessados promovam festas de qualquer natureza, deve, obrigatoriamente, licenciar o estabelecimento, seja qual o seu tipo de dependência, desde que atenda às exigências de saúde, higiene, segurança e outras, e se submeta também ao regime do horário e peculiar de funcionamento (art. 110). Não devendo ser olvidado o respeito aos costumes, a boa ordem e a tranquilidade pública (art. 108).

Guariba, 5 de dezembro de 2019.


MARISP nº 76.301